

Hoje é o primeiro dia da nova

Brasília, segunda-feira, 18 de setembro de 1989 7

moratória

O Brasil inicia hoje uma moratória anunciada da dívida externa que poderá se estender até fins de março do ano que vem, quando estiver instalado no Palácio do Planalto um novo presidente que segundo se espera contará com o respaldo da maioria dos brasileiros. Essa possibilidade já tinha sido observada pelo presidente do Citicorp, o maior credor do Brasil, John Reed, que apontou há um mês atrás para a necessidade de maior flexibilidade política econômica nas próximas negociações.

Uma fonte do Ministério da Fazenda preferiu usar o eufemismo "atraso" em vez da palavra moratória, o que demonstra unicamente a decisão política de evitar a linguagem da confrontação, usada em fevereiro de 1987, quando Dilson Fuenaro anunciou a suspensão de pagamentos.

O Brasil deixou de pagar na sexta-feira passada 1,6 bilhão de dólares aos bancos credores porque até agora não houve um acordo com o Fundo Monetário Internacional, em torno de um novo programa econômico, que permitisse os desembolsos prometidos por diversas fontes de crédito.

Os bancos internacionais são credores de 63 por cento da dívida brasileira estimada neste ano em 110,7

bilhões de dólares e, segundo anunciou Reed, gostariam de receber pelo menos parte do devido até a mudança de governo. Se o Brasil ficasse em dia com os pagamentos da dívida externa as reservas diminuiriam em aproximadamente 4 bilhões de dólares até março de 1990, restando apenas 2 bilhões de dólares para iniciar o novo governo.

Essa possibilidade tem sido reiteradamente negada pelo Governo que anunciou a sua disposição de "manter o nível adequado de reservas e as condições de normalidade para o comércio exterior". Os acordos assinados pelo Brasil com os bancos em meados do ano passado estabeleciam desembolsos para as necessidades da balança de pagamentos, ou seja, para pagar juros. O Governo brasileiro esperava o ingresso de 3,1 bilhões de dólares do FMI, dos bancos privados, do Banco Mundial e do Fundo Nakasone, mas aparentemente esses fundos não serão desembolsados antes da apresentação de um plano econômico consistente.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, já anunciou na sexta-feira passada em Fortaleza que "o presidente Sarney não adotará nenhum plano de ordem econômica, seja ortodoxo ou heterodoxo, para conter a inflação".